

Sumário

Abreviaturas	17
Introdução	19
Primeira Parte – Direitos fundamentais: funções jurídicas e garantia do exercício por meio de conformação e limitação	25
Capítulo I – As funções dos direitos fundamentais	25
1. Considerações introdutórias	25
2. Princípios e valores jurídicos	27
3. Conteúdo subjetivo e objetivo dos direitos fundamentais	28
4. Funções jurídico-subjetivas	31
4.1. Função de defesa	31
4.2. Função de prestação	33
4.3. Função de não-discriminação	35
5. Funções jurídico-objetivas	36
5.1. Interpretação conforme aos direitos fundamentais e conformação do direito	37
5.2. Eficácia irradiante dos direitos fundamentais: eficácia em face de particulares	38
5.3. Proteção em face de riscos	42
Capítulo II – Conformação e restrições a direitos fundamentais	46
1. A conformação dos direitos fundamentais	46
2. Intervenção e conseqüente restrição a direitos fundamentais	48
2.1. Proteção dos direitos fundamentais em face de intervenção	50
2.1.1. Âmbito de proteção e intervenção	50
2.1.2. O conceito de intervenção	52
2.2. Justificativa jurídico-constitucional das intervenções	54
2.2.1. Origem da reserva legal	55
2.2.2. Da reserva legal à reserva legislativa: o princípio da proporcionalidade	56
2.2.3. Restrição a direitos fundamentais por meio de medidas provisórias	59
2.2.4. Normas coletivas e restrição a direitos fundamentais	60
3. Direito constitucional colidente	62
3.1. Generalidades	62
3.2. Colisão de direitos fundamentais: como solucionar o problema?	64
3.3. Regras para a solução do problema das colisões	66
3.4. A concorrência ou concurso ideal de normas jusfundamentais	67

Segunda Parte – Os direitos fundamentais sociais e o princípio do Estado Social	69
Capítulo I – A trajetória dos direitos sociais	69
1. Desdobramentos no plano internacional: breves notas de História	70
2. Os direitos sociais na história constitucional brasileira	72
2.1. Evolução sob a influência da concepção liberal de Estado	72
2.2. Direitos sociais como categoria constitucional expressa	74
2.2.1. Influência das constituições mexicana e de Weimar	74
2.2.2. Os direitos sociais nas Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e na Emenda nº 1/69	76
2.3. Direitos sociais como direitos fundamentais na Constituição de 1988	77
2.3.1. Aspectos históricos	77
2.3.2. Nova qualificação normativa e novos direitos sociais	78
Capítulo II – Dogmática dos Direitos Fundamentais Sociais	81
1. Esclarecimento preliminar	81
2. Manifestações jurídico-fundamentais dos direitos sociais	82
2.1. Direitos fundamentais sociais como categoria geral	82
2.2. Direitos fundamentais sociais emergentes da relação de emprego ou de trabalho	84
2.3. Direitos sociais em relação aos direitos coletivos	84
3. A estrutura diferenciada dos direitos fundamentais sociais	88
3.1. Considerações prévias	88
3.2. Direitos fundamentais sociais como direito objetivo	90
3.3. Direitos fundamentais sociais como direito subjetivo	92
3.3.1. Direitos prestacionais originários	92
3.3.2. Direitos prestacionais derivados	95
4. Condicionamento dos direitos fundamentais sociais pela “reserva do possível”	96
5. Proibição do retrocesso social e direitos fundamentais sociais	100
Capítulo III – O princípio do Estado Social	102
1. Apontamentos de História	102
2. O significado e as funções do princípio do Estado Social	103
3. O princípio do Estado Social na Constituição Brasileira	105
4. Elementos gerais do princípio do Estado Social	108
4.1. Um mínimo existencial compatível com a dignidade humana	109
4.2. Igualdade social	111
4.3. A seguridade social	112
4.4. Ordem social justa	114
4.4.1. A economia social de mercado	115
4.4.2. Estado Social e <i>daseinsvorsorge</i>	116
5. Destinatários do princípio do Estado Social	117
Terceira Parte – A formação da vontade política da Sociedade e do Estado. Sistematização dos direitos de participação dirigidos à efetividade dos direitos sociais	119
Capítulo I – Formação da vontade política da Sociedade e do Estado	119
1. Sociedade e Estado: considerações preliminares	119
2. Sociedade e Estado: separação <i>versus</i> diferenciação	122
2.1. Desdobramentos históricos	122
2.2. Remodelando a noção de liberdade	124

2.3. Sociedade e Estado: um <i>modus</i> de interação	124
3. O processo de formação da vontade política da Sociedade	125
3.1. Elementos do processo de formação da vontade	125
3.2. Meios coletivos voltados à formação da vontade	129
3.2.1. Associações	130
3.2.2. Sindicatos	131
3.2.3. Partidos políticos	131
3.3. A organização do processo de formação da vontade na Sociedade	133
3.4. A vontade política do povo orientada à formação da vontade estatal	135
4. A formação da vontade política do Estado	136
4.1. Modelos tradicionais de formação da vontade estatal	136
4.1.1. Democracia representativa	136
4.1.2. Democracia semidireta	137
4.2. Participação autônoma da Sociedade na formação da vontade do Estado	138
4.2.1. Elementos históricos	138
4.2.2. Vinculação entre participação autônoma, princípio democrático e direitos fundamentais de liberdade	138
Capítulo II – A democracia participativa na Constituição de 1988: sua instituição e suas manifestações constitucionais e infraconstitucionais	142
1. A origem da participação como instituto constitucional	142
1.1. O quadro político-social entre 1964-85	142
1.2. A iniciativa popular na Assembléia Nacional Constituinte 1987-8	143
2. Democracia representativa e democracia participativa: a busca de coordenação	144
2.1. A compreensão do constituinte	145
2.2. O entendimento da literatura jurídica	146
2.3. A posição da jurisprudência	148
2.4. Síntese	148
3. O exercício da participação nas ações estatais	149
3.1. Distinções necessárias	149
3.2. O conteúdo político-jurídico da participação	150
3.3. Exercício do direito de participação no governo e na administração	153
3.3.1. Diferenciação entre governo e administração	153
3.3.2. Participação no governo e na administração	154
4. Participação como mecanismo de concretização dos direitos sociais	156
Capítulo III – O direito fundamental de participação	159
1. Considerações introdutórias	159
2. O direito de participação no catálogo dos direitos fundamentais	160
3. Direitos fundamentais fora do catálogo dos direitos fundamentais	163
4. Conexão entre os direitos sociais e os direitos de participação situados fora do catálogo dos direitos fundamentais	164
4.1. Problemas de terminologia	164
4.2. Interpretação sistemática	166
5. Direitos de participação na Constituição Brasileira: classificação e função jurídico-fundamental	167
5.1. Classificação enquanto espécie	167
5.2. Funções do direito fundamental de participação	168
5.2.1. Esclarecimentos prévios	169

5.2.2. Função de defesa	171
5.2.3. Função de prestação	171
5.2.4. Função de proteção	174
6. Remédio constitucional assegurador do exercício do direito de participação	175
6.1. Mandado de Injunção coletivo	175
6.2. Legitimidade	176
7. Renúncia ou não-exercício?	177
8. O acesso à informação	178
Capítulo IV – Direitos fundamentais de participação específicos	181
1. Direito de participação na educação	181
1.1. Considerações iniciais	181
1.2. Tratamento legislativo	182
1.3. Objeto, exercício e destinatários	184
1.3.1. Objeto	184
1.3.2. Exercício	184
1.3.3. Destinatários	185
2. Direitos de participação vinculados ao direito ao trabalho	185
2.1. Interesses profissionais	185
2.1.1. Considerações gerais	185
2.1.2. Tratamento legislativo	187
2.1.3. Objeto, exercício e destinatários	188
2.1.3.1. Objeto	188
2.1.3.2. Exercício	188
2.1.3.3. Destinatários	189
2.2. Participação e direito ao trabalho rural	189
2.2.1. Tratamento legislativo	190
2.2.2. Objeto, exercício e destinatários	192
2.2.2.1. Objeto	192
2.2.2.2. Exercício	192
2.2.2.3. Destinatários	192
3. Direitos de participação relativos à seguridade social	193
3.1. Participação e saúde	195
3.1.1. Tratamento legislativo	196
3.1.2. Objeto, exercício e destinatários	197
3.1.2.1. Objeto	197
3.1.2.2. Exercício	197
3.1.2.3. Destinatários	197
3.2. Participação e previdência social	198
3.2.1. Tratamento legislativo	198
3.2.2. Objeto, exercício e destinatários	198
3.2.2.1. Objeto	199
3.2.2.2. Exercício	199
3.2.2.3. Destinatários	199
3.3. Direito de participação e assistência social	199
3.3.1. Tratamento legislativo	199
3.3.2. Objeto, exercício e destinatários	200
3.3.2.1. Objeto	200

3.3.2.2. Exercício	201
3.3.2.3. Destinatários	201
4. Direitos de participação e proteção da criança e do adolescente	201
4.1. Tratamento legislativo	201
4.2. Objeto, exercício e destinatários	203
4.2.1. Objeto	203
4.2.2. Exercício	203
4.2.3. Destinatários	204
5. Direito de participação no âmbito da moradia e da segurança	204
5.1. Moradia	204
5.2. Segurança	205
Conclusão	207
Bibliografia	212